

Nos termos do artigo 373 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano plenário e na forma regimental, que determine a criação e constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com o prazo previsto no artigo 382, do Regimento Interno, para investigar atos praticados pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, ante a diversas denúncias de irregularidades em Licitações no período de 2019 a 2022, que culminaram na deflagração da Operação Espelho, pela Polícia Civil do estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

A criação da Comissão Parlamentar se faz necessária para melhor esclarecer e averiguar, na forma regimental e legal, todas as denúncias de irregularidades em licitações na Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, com a empresas de prestação de serviços médicos.

Narram os fatos de que as irregularidades ocorreram durante a fase crítica da Pandemia de COVID-19, ficando evidente a gravidade das denúncias, que merecem ser apuradas de forma clara, imputando as devidas responsabilidades.

Informações de que as irregularidades remontam desde o ano de 2019, com possíveis pagamentos irregulares e que culminou com a abertura de procedimento investigativo pela Polícia Civil do estado de Mato Grosso, em que houve o sequestro e bloqueio de aproximadamente R\$ 35 milhões, em bens móveis e imóveis dos investigados.

De igual forma, o Tribunal de Contas da União proferiu decisão determinando que a Secretaria de Estado de Saúde retenha valores nos próximos pagamentos da empresa MEDTRAUMA, que possui um contrato com a Administração Pública no montante de R\$ 30.205.995,96, em razão de indícios de possível sobrepreço no contrato da prestação de serviço.

Ato contínuo, a Justiça Estadual, por meio de decisão do Juízo da Vara Especializada em Ações Coletivas, também determinou a suspensão do contrato havido com empresa MEDTRAUMA, por possíveis prejuízos ao erário. Vejamos o trecho da decisão:

"É fato que a determinação proferida pelo Tribunal de Contas da União, no âmbito do processo nº 018.917/2022-4, conterà os prejuízos ao erário decorrente da alegada contratação irregular e desvantajosa. À vista do exposto, DEFIRO, parcialmente, a tutela de urgência, o que faço para impor obrigação de fazer ao Estado de Mato Grosso, ao Município de Cuiabá e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública, consubstanciada na descontinuidade do contrato firmado com a empresa Medtrauma Serviços Médicos Especializados, especificamente no que se refere ao objeto contratual referente ao fornecimento de OPME'S para aquisição de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS", sic decisão.

As ordens judiciais também incluem a proibição de novas contratações e da suspensão de contratos e pagamentos em vigência. As apreensões, sequestro e bloqueios foram cumpridos pela polícia em Alta floresta, Colíder, Cuiabá, Peixoto de Azevedo, Várzea Grande e Sinop.

De acordo com a Polícia Civil, as investigações começaram após a Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) receber denúncias de que uma empresa contratada para fornecer médicos plantonistas para o Hospital Metropolitano em Várzea Grande estaria disponibilizando um número de médicos inferior ao contratado.

Corroborando, a Controladoria Geral do Estado elaborou relatório de auditoria junto a Secretária de Estado de Saúde, que também apontou irregularidades nos procedimentos licitatórios. Um dos apontamentos feitos pela CGE é de pagamentos indenizatórios para fornecedores. Entre 2020 e 2023, registrou-se o valor de R\$ 175,6 milhões pagos, sendo que R\$ 90,8 milhões teriam sido executados como indenização, diretamente e sem licitação ou outro procedimento de contratação direta, e ainda sem cobertura contratual. Tal situação chamou a atenção, em virtude do Poder Judiciário ter expressamente solicitado para que fosse cessado os pagamento aos investigados

O inquérito policial resultou no indiciamento de 22 pessoas, sob a acusação de possível cartel na saúde, e possível rombo de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões), e que agora passará a análise da Justiça Estadual.

De outro lado, as investigações não estão finalizadas, e ainda podem ocorrer outros desdobramentos, conforme já manifestado pelos Delegados de Polícia responsáveis pelas investigações.

Ademais, em que pese a existência de inquérito policial, nada impede que o Poder Legislativo inaugure Comissão Parlamentar de Inquérito para se investigar tais denúncias, exercendo seu papel constitucional de fiscalização dos atos do executivo.

Diante desse quadro, é de primordial importância a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a fundo as supostas irregularidades dentro da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, a fim de dar uma resposta a contento a sociedade mato-grossense.

Assim, essas são as razões que justificam o apoio dos nobres pares para que seja iniciada a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitada, investigando as denúncias apresentadas.